



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia** 14/10/2015

política

6

Subvenções: MP pede cassação de Augusto, Paulinho e Samuel

Gabriel Damásio

Ontem de manhã, o Ministério Público Eleitoral concluiu e entregou mais três pedidos de cassação de mandato contra deputados estaduais envolvidos com o escândalo das subvenções sociais da Assembleia Legislativa (Alese), dentro do processo que corre no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele apura o uso irregular de R\$ 12,4 milhões em verbas que eram repassadas anualmente para entidades comunitárias e assistenciais de livre escolha dos parlamentares. Os novos pedidos são para deputados reeleitos para um novo mandato: Augusto Bezerra (DEM), Capitão Samuel Barreto (PSL) e Paulo Hagenbeck Filho, o "Paulinho das Varzinhas Filho" (PT do B).

Esta é a conclusão das chamadas "alegações finais", no qual o MP apresentou seus argumentos finais

que servirão de base para o julgamento dos processos abertos contra cada um dos deputados. Além da cassação do novo mandato, foi pedido também que o TRE aplique uma multa de R\$ 106 mil aos réus e casse os direitos políticos deles por oito anos. De acordo com o parecer dos procuradores Rômulo Almeida e Eunice Dantas Carvalho, há provas de que houve abuso do poder político e econômico, a partir de irregularidades cometidas no repasse dos recursos da Alese às entidades indicadas pelos parlamentares.

Entre elas, está a Associação de Moradores e Amigos da Nova Veneza (Amanova) que teve grande parte de seus R\$ 2,3 milhões repassados em 2014 indicados por Augusto e Paulinho. A Amanova teve suas atividades suspensas e seus dirigentes chegaram a ser presos por ordem da Justiça Estadual, pois as investigações

do MP e da Polícia Civil apontaram que o dinheiro não foi aplicado nos projetos alegados pelas associações e parte da verba pode ter sido repassada de volta para os deputados. Uma das testemunhas ouvidas, o empresário Nollet Feitosa, conhecido como "Carlinhos", reafirmou em depoimentos no TRE e no próprio MP que cerca de R\$ 1,1 milhão das verbas repassadas teriam sido divididas entre Augusto, o próprio Nollet, a presidente da Amanova e um empresário. Os dois deputados negam as acusações.

Outra associação investigada pelo TRE foi a Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (Assomise), que recebeu R\$ 844 mil em verbas da Alese no ano passado, por indicação de Samuel. O MP Eleitoral sustenta que esse repasse é proibido pela legislação, pelo fato da Assomise não ser uma entidade assistencial, mas sim uma entidade

de classe, que não possui projetos sociais para a comunidade. A associação e o próprio deputado negam a irregularidade e afirma que há projetos voltados de esporte e educação para crianças carentes.

Para o Ministério Público, os recursos das subvenções podem ter sido usados indiretamente nas campanhas eleitorais dos deputados, que buscavam promover festas e serviços através das associações durante o período eleitoral com o objetivo de obter votos. Este, aliás, foi o mesmo argumento usado para os outros 13 pedidos de cassação e ilegalidade já foram entregues ao TRE, também contra deputados da legislatura passada. Agora, resta a conclusão das alegações finais contra o ex-deputado Arnaldo Bispo (PMDB) e o deputado federal Adelson Barreto (PTB), cujos relatórios devem ser concluídos até o próximo dia 19.